

20
24

N E L S O N R O S E N V A L D
F E L I P E B R A G A N E T T O

RESPONSABILIDADE CIVIL

T E O R I A G E R A L

1245627

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R815r Rosenvald, Nelson

Responsabilidade civil: teoria geral / Nelson Rosenvald, Felipe Braga Netto. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.

1.264 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-65-5515-897-7

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Responsabilidade civil. I. Netto, Felipe Braga. II. Título.

2023-2074

CDD 347 CDU 347

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito civil 347

2. Direito civil 347

SUMÁRIO

SOBRE O LIVRO: UMA PALAVRA DOS AUTORES.....	XI
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL	1
1. A responsabilidade civil na sociedade de risco.....	1
1.1 Os riscos e o medo.....	1
1.2 A resposta pelo olhar da responsabilidade civil.....	7
CAPÍTULO II – CONCEITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL. DO FILOSÓFICO AO TECNOLÓGICO.....	11
1. O conceito da responsabilidade civil.....	11
2. 4 Conceitos de responsabilidade civil para a 4. Revolução industrial	14
2.1 Introdução	14
2.2 <i>Liability</i> : A renovação pela multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	20
2.3 <i>Responsibility</i> : O sentido moral da responsabilidade.....	23
2.4 <i>Accountability</i> : vetor da atuação dos agentes de tratamento de dados pessoais	26
2.5 <i>Answerability</i> (ou <i>explainability</i>).....	28
2.6 Conclusão	32
CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	35
1. Uma breve menção aos princípios.....	35
2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	36
2.1 A dupla acepção da dignidade	40
2.2 A dimensão ontológica da dignidade (concepção kantiana).....	42
2.3 A dimensão comunicativa/relacional da dignidade (Hannah Arendt)	42
2.4 A dimensão histórico-cultural da dignidade	43
2.5 A dignidade e as dimensões da liberdade.....	44
3. Princípio da solidariedade.....	47
4. Princípio da prevenção	51
5. Princípio da reparação integral.....	54
5.1 O sentido tradicional da reparação integral.....	54
5.2 A ressignificação do princípio da reparação integral	58

CAPÍTULO IV – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, POLÍTICOS E PSICOLÓGICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	71
1. Fundamentos históricos	71
2. Fundamentos filosóficos da responsabilidade civil.....	77
3. Fundamentos políticos da responsabilidade civil.....	83
4. Fundamentos psicológicos da responsabilidade civil	88
CAPÍTULO V – AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	95
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil	95
2. Responsabilidade civil: compensar, punir e restituir	96
3. A função compensatória	104
3.1 A compensação de danos como epicentro da responsabilidade civil	104
3.2 Ressignificando a função compensatória da responsabilidade civil	107
3.3 Indenização e compensação	110
4. A função punitiva	111
4.1 Do monopólio compensatório à função punitiva	111
4.2 A etiologia dos <i>punitive damages</i> nos Estados Unidos e Inglaterra	115
4.2.1 <i>Punitive damages</i> nos EUA: as contradições teóricas.....	116
4.2.2 A singular trajetória dos <i>punitive damages</i> na Inglaterra: o “patinho feio” do <i>common law</i>	122
4.3 Os dilemas da função punitiva no direito brasileiro	127
5. A função restitutória	133
5.1 A multicausalidade do remédio restitutivo	133
5.2 A restituição por ganhos ilícitos como um gênero.....	140
5.2.1 <i>Disgorgement</i> – a remoção dos lucros ilícitos.....	141
5.2.2 <i>Restitutionary damages</i> – a devolução dos lucros ilícitos	148
5.3 Distinção estrutural e funcional entre remédios restitutórios e punitivos.....	154
6. A função precaucional	163
6.1 Panorama geral.....	163
6.2 As duas dimensões da função preventiva da responsabilidade civil.....	170
6.2.1 A função preventiva autônoma	172
6.2.2 A função preventiva acessória.....	175
6.3 A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea	176
6.4 Há uma responsabilidade civil sem dano ou independente de dano?	178
6.5 A indenização preventiva	182
6.5.1 Introdução	182

6.5.2	1. opção: A função preventiva da responsabilidade civil.....	183
6.5.3	2. opção: A função compensatória da responsabilidade civil	187
6.5.4	Em busca de uma terceira via	189
6.5.4.1	O enriquecimento injustificado	190
6.5.4.2	Nosso posicionamento: A indenização preventiva como remédio restitutivo na responsabilidade civil	192
7.	A função promocional	194
CAPÍTULO VI – MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE CIVIL		203
1.	A clássica dicotomia – responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”).....	203
1.1	O dano como elemento comum às duas responsabilidades.....	206
1.2	As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	207
1.3	O concurso de responsabilidades	215
1.4	A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial	219
1.4.1	Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato	223
1.4.2	A violação de deveres anexos	227
1.4.3	A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	229
1.4.4	A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação.....	239
1.4.5	A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos	244
1.4.6	O terceiro ofendido e a relação obrigacional	245
1.4.7	O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	251
1.5	Conclusão: A violação dos deveres anexos remete à qual responsabilidade? .	255
2.	Responsabilidades civil e penal.....	257
2.1	Introdução	257
2.2	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	260
2.3	A confluência entre os ilícitos penal e civil	264
2.3.1	A culpa no direito civil e no direito penal	265
2.3.2	O dano.....	269
2.3.3	A tipicidade.....	270
2.4	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal.....	272
2.4.1	Relativa independência de jurisdições	272
2.4.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	272
2.4.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória	276

2.4.4	A Inovação Brasileira – O “Mínimo Indenizatório”	278
2.4.4.1	Antecedentes Históricos	278
2.4.4.2	Uma visão comparatista dos veículos compensatórios	281
2.5	Espanha – As obscurecidas fronteiras entre a responsabilidade civil e a criminal	281
2.6	França – A Parte Civil	283
2.7	Inglaterra – A completa separação	284
2.8	Diretiva 2012/29/EU	285
2.9	O modelo compensatório: entre os juízos cível e criminal	287
2.10	Critérios para a fixação do mínimo reparatório.....	291
2.11	A vítima como parte civil	297
2.12	A Reparação no juízo criminal em números	304
2.13	O projeto do novo CPP.....	306
2.13.1	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?	307
2.14	Excludentes de ilicitude	311
2.15	Perspectivas contemporâneas das responsabilidades civil e penal.....	312
2.15.1	A migração da pena para o direito civil.....	312
2.15.2	A reparação de danos como <i>terzo binario</i> do direito penal	316

CAPÍTULO VII – PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – TEORIA SUBJETIVA	325
1. Introdução	325
1.1 Acepções e âmbito da responsabilidade civil	325
1.2 Sistemas de responsabilidade civil.....	328
1.2.1 Noções gerais	328
1.2.2 Sistema da tipicidade dos fatos geradores de responsabilidade.....	330
1.2.3 Sistema da cláusula geral de responsabilidade.....	335
1.2.4 O sistema intermediário	336
1.2.5 Onde se situa o sistema Brasileiro?	338
1.3 Pressupostos da responsabilidade civil.....	339
2. Fato voluntário	340
2.1 Fato e Ação	340
2.2. O fato omissivo	342
3. Ilícito.....	346
3.1 A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	346
3.2 A autonomia entre o ilícito civil e a responsabilidade civil.....	348
3.2.1 Espécies clássicas de ilícitos.....	350

3.2.2	A passagem da dicotomia ilícito absoluto/relativo à dicotomia ilícito patrimonial/extrapatrimonial.....	354
3.2.3	Ilícito típico (estrutural) e atípico (funcional)	359
3.3	O ilícito e a culpa: uma diferenciação necessária	362
3.4	Os elementos do ilícito.....	365
3.4.1	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito	365
3.5	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito	369
3.5.1	A nova responsabilidade civil dos curadores.....	374
3.5.2	A responsabilidade civil dos incapazes	383
3.6	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa)	393
3.7	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	396
3.8	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito	397
3.9	O ilícito com eficácia restitutória (o ilícito lucrativo).....	405
3.10	Excludentes de ilicitude civil (causas de justificação).....	407
3.10.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC).....	411
3.10.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo	413
3.10.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	414
3.10.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930).....	415
3.10.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	417
3.10.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente.....	419
3.10.2.3	Legítima defesa de terceiro.....	420
3.10.2.4	Legítima defesa putativa	421
3.10.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	423
3.10.4	Estrito cumprimento do dever legal.....	425
3.10.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	427
3.10.6	O consentimento do ofendido e a assunção do risco.....	428
3.11	Cláusulas de Limitação e Exclusão de Responsabilidade	433
3.11.1	Modalidades de cláusulas de limitação de responsabilidade	436
3.11.2	A cláusula de limitação de indenizar <i>stricto sensu</i>	439
3.11.3	A validade das cláusulas de exclusão de responsabilidade	442
3.11.4	A limitação de indenizar nas relações de consumo e contratos de adesão	447
4.	A culpa	450
4.1	A culpa e a responsabilidade civil.....	450
4.2	A evolução do significado de culpa civil	453

4.3	A culpa presumida e distribuição dinâmica do ônus da prova	461
4.4	A gradação da culpa	467
4.5	A ilicitude e a culpa	474
4.6	A culpa e a mitigação da indenização por equidade.....	476
4.7	O renascimento da culpa	486
5.	O abuso do direito	493
5.1	Perspectivas de direito comparado.....	493
5.2	O abuso do direito como ato ilícito.....	495
5.3	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?	503
5.4	O abuso do direito como cláusula geral.....	509
5.5	O intuito de prejudicar é necessário?.....	510
5.6	As hipóteses legais de abuso de direito	512
5.6.1	Fim econômico ou social.....	513
5.6.2	Boa-fé	514
5.6.3	Bons costumes	516
5.7	A materialização do abuso do direito	517
5.7.1	O adimplemento substancial (inadimplemento mínimo)	518
5.7.2	A proibição de comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>)	521
5.7.3	A supressio (<i>Verwirkung</i>) e a <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>).....	525
5.7.4	O <i>tu quoque</i>	528
5.7.5	O <i>duty to mitigate the loss</i> (o dever do credor de mitigar as próprias perdas).....	531
6.	O dano.....	539
6.1	O dano como elemento nevrálgico da função compensatória da responsabilidade civil.....	539
6.2	O conceito de dano: do dano ao dano juridicamente relevante	544
6.3	A travessia do ato ilícito ao dano injusto	551
6.4	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	556
6.5	O dano patrimonial	562
6.5.1	Dano patrimonial em oposição ao dano material	564
6.5.2	As três espécies do dano patrimonial.....	566
6.5.2.1	Os danos emergentes	567
6.5.2.1.1	A reparação <i>in natura</i> do dano patrimonial	568
6.5.2.2	Os lucros cessantes	572
6.5.2.3	O dano econômico puro (ou dano puramente patrimonial)	579

6.5.2.4	A perda de uma chance	589
6.5.2.4.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem	593
6.5.2.4.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo ...	598
6.5.2.4.3	Perda de uma chance como nova categoria de dano	603
6.5.2.5	Interesse contratual negativo e positivo	606
6.5.2.5.1	Noções preliminares	606
6.5.2.5.2	O cenário da responsabilidade pré-contratual	608
6.5.2.5.3	O cenário da responsabilidade contratual	609
6.5.3.	<i>Compensatio lucri cum damno</i>	619
6.5.4	Dano indireto, reflexo ou “ <i>por ricochete</i> ”	629
6.5.4.1	Noções gerais	629
6.5.4.2	Dano indireto e homicídio	632
6.5.4.3	Dano indireto e lesões corporais	634
6.5.4.4	Dano indireto e causalidade	636
6.5.4.5	Dano indireto e contrato	637
6.5.4.6	Dano certo ou incerto	640
6.5.4.7	Danos presentes e futuros	641
6.5.5	A mitigação de danos – irressarcibilidade do dano evitável	646
6.5.6	A legitimidade para exigir o dano patrimonial	652
6.5.6.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação	653
6.5.6.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar	653
6.5.6.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?	656
6.5.7	Lesão que cause incapacidade para o trabalho	657
6.5.8	O resgate e a restituição do lucro ilícito: critérios de quantificação...	661
6.5.8.1	Perspectivas e fundamentos jurídicos	661
6.5.8.2	Crítérios de quantificação	666
6.6	O dano moral (extrapatrimonial)	673
6.6.1	Introdução	673
6.6.2	O histórico do dano moral no Brasil: dos embates à aceitação	675
6.6.3	O dano moral na experiência europeia	680
6.6.4	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?	683
6.6.4.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?	684

6.6.4.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana? ..	686
6.6.4.3	Afinal, o que é o dano moral?	689
6.6.5	Dano moral – reparação ou ressarcimento?	697
6.6.6	Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica	700
6.6.7	O dano estético extrapatrimonial	704
6.6.7.1.	Noções gerais	704
6.6.7.2	Fundamento constitucional	709
6.7	O dano à imagem extrapatrimonial	712
6.7.1	A tutela da imagem	712
6.7.2	A proteção jurídica da imagem.....	717
6.7.3	Relativização do direito à imagem: consentimento do titular e lugares públicos	718
6.7.4	A função social da imagem.....	722
6.7.5	A relativização do direito à imagem das pessoas públicas (celebridades)	725
6.7.5.1	O dano existencial	728
6.7.5.1.1	A base italiana	728
6.7.5.1.2	O dano existencial à brasileira	730
6.7.5.1.3	O dano ao projeto de vida e o dano à vida em relação como espécies de dano existencial	733
6.7.5.2	O estado da arte do dano moral	735
6.7.6	Os limites do dano extrapatrimonial. Onde se encontram os “novos danos”?	737
6.7.6.1	Noções gerais	737
6.7.6.2	Os novos danos em três episódios.....	741
6.7.6.2.1	O dano-morte	741
	Introdução	741
	O dano <i>post mortem</i>	742
	O dano ao morto enquanto vivo	743
	O dano pré-morte.....	745
	O núcleo do dano-morte	747
	A quantificação do dano-morte	751
6.7.6.2.2	Dano pelo nascimento indesejado: <i>wrongful actions</i>	752
	<i>Wrongful conception</i> e <i>wrongful brith</i>	753
	<i>Wrongful Life</i>	758
6.7.6.2.3	Dano temporal	761

6.7.7	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória	765
6.7.8	A desmonetização da reparação do dano moral.....	769
6.7.8.1	Direito de resposta e de retificação	771
6.7.8.2	Direito à retratação e publicação de sentença condenatória.....	776
6.7.8.3	O pedido de desculpas.....	778
6.7.8.4	A desmonetização no contexto amplo da responsabilidade civil	781
6.7.9	O dano moral por inadimplemento obrigacional	783
6.7.10	A titularidade do direito à reparação	788
6.7.10.1	Noções gerais	788
6.7.10.2	A pessoa natural como legitimado ativo	789
6.7.10.3	Os lesados diretos.....	789
6.7.10.3.1	Os lesados diretos desprovidos de discernimento	789
6.7.10.3.2	O nascituro como lesado direto	792
6.7.10.3.3	O concepturo como lesado direto	797
6.7.10.4	Os lesados indiretos – dano moral reflexo.....	798
6.7.10.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?.....	800
6.7.10.5.1	O dano moral reflexo quando há sobrevivência..	810
6.7.10.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo	812
6.7.10.6.1	A empresa e o dano moral.....	813
6.7.10.6.2	O dano institucional como uma terceira via....	819
6.7.10.7	Os entes jurídicos despersonalizados	823
6.7.11	Dano moral (extrapatrimonial) coletivo	825
6.7.11.1	Introdução.....	825
6.7.11.2	O dano moral coletivo como pena civil.....	834
6.7.11.3	Dano moral coletivo como disgorgement.....	840
6.7.12	Dano social	846
6.8	A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção	851
6.8.1	A sanção punitiva e a compensação	854
6.8.2	A urgência da pena civil.....	857
6.8.3	As extremas da pena civil com o dano extrapatrimonial.....	859
6.8.4	Crterios de aplicação da pena civil	863
6.8.5	Óbices à incidência da pena civil	866
6.9	A valoração e a quantificação do dano moral	874

6.9.1	Noções gerais.....	874
6.9.2	O critério bifásico	876
6.9.3	O tarifamento do dano moral e a “técnica tabelar”	883
6.9.4	O tempo e o dano moral	889
6.10	Repercussões materiais e processuais do dano extrapatrimonial	890
6.10.1	Incide imposto de renda sobre danos extrapatrimoniais?.....	890
6.10.2	Juros e atualização monetária.....	892
6.10.3	Cabe pedido genérico de dano extrapatrimonial?	896
6.10.4	Condenação em valor inferior ao pleiteado. Verbas de sucumbência	899
6.10.5	Sentença ilíquida.....	901
6.10.6	A prescrição da pretensão indenizatória	902
6.10.6.1	Contagem dos prazos.....	902
6.10.6.2	A repercussão do ilícito penal na contagem do prazo.....	905
6.10.6.3	O termo inicial no fato do produto e do serviço.....	910
6.10.6.4	A expansão do viés subjetivo da teoria da actio nata	911
6.10.7	Pretensões reparatórias não sujeitas a prazos	914
6.10.7.1	A prescrição da reparação pelo dano extrapatrimonial	915
6.10.7.2	A imprescritibilidade civil do crime de tortura.....	917
6.10.7.3	A imprescritibilidade civil na improbidade administrativa.....	919
6.10.7.4	A imprescritibilidade e o dano ambiental.....	922
6.10.8	O objeto das pretensões reparatórias	926
6.10.8.1	A prescrição no âmbito negocial.....	926
6.10.8.2	A prescrição e o concurso de responsabilidades.....	929
6.10.9	A prescrição e o diálogo de fontes.....	934
6.10.9.1	A demarcação entre o CC e o CDC	934
6.10.9.2	A demarcação entre o CC e a Lei n. 9.494/97.....	940
7.	O nexa causal	943
7.1	Nexa causal como pressuposto da responsabilidade civil	943
7.2	Uma visão comparatista do nexa causal	947
7.3	Teorias do nexa causal	952
7.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes causais (<i>conditio sine qua non</i>).....	953
7.3.2	Teoria da causalidade adequada	957
7.3.3	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessidade	961
7.3.4	Teoria do escopo (ou fim) de proteção da norma	966

7.3.5	O câmbio da causalidade pela imputação objetiva.....	969
7.3.6	A caminho de uma causalidade jurídica	971
7.4	<i>Hard Cases</i> na Causalidade	973
7.4.1	Multicausalidade (concausalidade)	973
7.4.1.1	Multicausalidade real.....	974
7.4.1.2	Causalidade virtual (Multicausalidade aparente).....	982
7.4.2	Dano indireto	986
7.4.3	Perda de uma chance	990
7.5	A ruptura (interrupção) do nexos causal	992
7.5.1	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	994
7.5.2	O fato exclusivo da vítima.....	1004
7.5.3	O fato concorrente e a redução de danos.....	1008
7.5.4	O fato de terceiro	1012
8.	O nexos de imputação	1018

CAPÍTULO VIII – PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – TEORIA OBJETIVA.....

1.	Contexto histórico e comparatista.....	1027
1.1	As bases da teoria subjetiva	1027
1.2	O alvorecer da teoria objetiva	1029
1.3	As primeiras linhas da teoria objetiva	1032
1.4	A responsabilidade objetiva no direito europeu.....	1035
2.	O substrato legitimador da responsabilidade objetiva	1041
2.1	A multiplicação dos nexos de imputação na obrigação objetiva de indenizar ...	1041
2.2	A Solidariedade como fundamento legitimador da imputação objetiva de danos.....	1045
2.3	A absorção da ilicitude na Responsabilidade objetiva	1048
2.4	A presunção de causalidade na responsabilidade objetiva.....	1050
2.5	O resgate da culpa na responsabilidade objetiva	1056
3.	Em busca de precisão terminológica.....	1058
3.1	A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida?	1058
3.2	A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa, ou por ato lícito?	1060
3.3	Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?	1063
3.4	Responsabilidade objetiva pura e a impura.....	1065
4.	Teorias do risco no direito brasileiro	1068

4.1	Noções gerais	1068
4.2	Fase anterior ao Código Civil de 2002	1072
4.3	A teoria do risco no parágrafo único do art. 927 do CC/2002	1076
4.3.1	A radiografia da Cláusula Geral do risco da atividade	1076
4.3.2	A opção legislativa: risco proveito ou risco criado?	1085
4.3.3	O risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade.....	1091
4.4	O risco de empresa ou profissional: O art. 931 do Código Civil.....	1099
4.5	O risco e os profissionais liberais.....	1104
4.6	Código de Defesa do Consumidor – Incide a teoria do risco?	1109
4.7	Risco do desenvolvimento.....	1113
4.8	Risco integral e risco agravado	1118
5.	Novos desenvolvimentos da teoria do risco	1126
5.1	Do risco ao alto risco da atividade	1126
5.2	Riscos desconhecidos – <i>causa ignota</i>	1130
5.3	Risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar.....	1134
5.4	Repartição de riscos – o risco concorrente	1140
CAPÍTULO IX – A SECURITIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL		1147
1.	Responsabilidade: do individual ao social	1147
2.	O contrato de seguro	1150
2.1	Notas introdutórias e a evolução dos seguros	1150
2.2	O seguro de dano	1152
2.3	Escopo, vigência e o teto indenizatório	1153
2.4	Transferência a terceiros	1159
2.5	Sub-rogação, perdas e danos e indenização pelo sinistro	1160
2.6	O seguro de responsabilidade civil	1162
2.6.1	Conceito, significado e funções	1162
2.6.2	O seguro de responsabilidade no Código Civil.....	1166
3.	O seguro privado obrigatório	1173
3.1	DPVAT	1173
3.2	O seguro obrigatório e as tecnologias digitais emergentes.....	1178
3.3	O acidente de trabalho	1180
REFERÊNCIAS.....		1189